

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ativos e Passivos

Em 30 de junho de 2017, os ativos totais atingiram R\$248 milhões (31/12/2016 - R\$174 milhões). Desse montante destacamos R\$231 milhões de Títulos e Valores Mobiliários (31/12/2016 - R\$158 milhões).
Em 30 de junho de 2017, o montante de Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias atingiu R\$18 milhões (31/12/2016 - R\$11 milhões) e Outras Obrigações Diversas atingiu R\$50 milhões (31/12/2016 - R\$26 milhões) representadas, principalmente, por Recursos não Procurados - Grupos Encerrados. Colocamo-nos à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

São Paulo, 23 de agosto de 2017
Os Administradores

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	30/06/2017	31/12/2016		Nota	30/06/2017	31/12/2016
Ativo Circulante		166.122	120.426	Passivo Circulante		64.401	34.300
Disponibilidades	4.1&4.12.c	60	83	Outras Obrigações		64.401	34.300
Títulos e Valores Mobiliários	4.3&4.12.c	162.830	113.989	Fiscais e Previdenciárias	4.8	17.696	11.105
Carteira Própria		162.830	113.989	Diversas	4.9	46.705	23.195
Outros Créditos	3.232	6.354					
Rendas a Receber		288	147				
Créditos Tributários	4.4	286	272				
Diversos	4.5	2.658	5.935				
Ativo Realizável a Longo Prazo		81.725	53.201	Passivo Exigível a Longo Prazo		3.084	2.717
Títulos e Valores Mobiliários	4.3&4.12.c	68.457	44.093	Outras Obrigações		3.084	2.717
Carteira Própria		68.457	44.093	Diversas	4.9	3.084	2.717
Outros Créditos	13.268	9.108		Patrimônio Líquido	4.11	180.365	136.614
Créditos Tributários	4.4	604	541	Capital Social:			
Diversos	4.5	12.664	8.567	De Domiciliados no País		95.349	95.349
Permanente	3	4		Reservas de Capital		1.869	1.869
Imobilizado de Uso	4.6	3	4	Reservas de Lucros		83.147	39.396
Outras Imobilizações de Uso		292	292	Total do Passivo		247.850	173.631
(Depreciações Acumuladas)	(289)	(288)					
Intangível	4.7	-	-				
Outros Ativos Intangíveis		285	285				
(Amortizações Acumuladas)	(285)	(285)					
Total do Ativo		247.850	173.631				

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	30/06/2017	31/12/2016	Reservas de Lucros			Lucros Acumulados	Total
				Reserva Legal	Reserva Estatutárias	Reservas		
Saldos em 30 de junho de 2016								
Lucro Líquido		-	-	-	-	-	20.141	20.141
Destinações:								
Reserva Legal		-	-	1.007	-	-	(1.007)	-
Reserva para Equalização de Dividendos	4.11.c	-	-	-	9.567	-	(9.567)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	4.11.c	-	-	-	9.567	-	(9.567)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016		95.349	1.869	9.919	29.477	-	136.614	-
Lucro Líquido		-	-	-	-	-	43.751	43.751
Destinações:								
Reserva Legal	4.11.c	-	-	2.187	-	-	(2.187)	-
Reserva para Equalização de Dividendos	4.11.c	-	-	-	20.782	-	(20.782)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	4.11.c	-	-	-	20.782	-	(20.782)	-
Saldos em 30 de junho de 2017		95.349	1.869	12.106	71.041	-	180.365	-

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS VARIAÇÕES NAS DISPONIBILIDADES DE GRUPOS DE CONSÓRCIO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	30/06/2017	31/12/2016	01/01 a		01/07 a	
				30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
Disponibilidade Inicial				271.404	261.979		
Depósitos Bancários				12	820		
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4.2	271.392	261.159	320.362	159.624		
(+) Recursos Coletados							
Contribuições para Aquisição de Bens		20.866	97.188	56.598	23.553		
Taxa de Administração		8.414	3.898	9.651	12.283		
Contribuições ao Fundo de Reserva		470	345	3.006	1.815		
Rendimentos de Aplicações Financeiras		37.357	20.542	293.184	150.199		
Multas e Juros Moratórios		168.913	90.525	67.398	28.200		
Prêmios de Seguros Pagos		232	169	3.231	1.897		
Devolução a Consorciados Desligados		34.895	19.352	18.515	10.056		
Outros		18.515	10.056	298.582	271.404		
Disponibilidade Final				689	12		
Depósitos Bancários				4.2	297.893		
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez					271.392		

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto Operacional
A Santander Brasil Administradora de Consórcio Ltda. (Santander Brasil Consórcio), controlada pelo Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander), atua no mercado de consórcio, regulamentado pelo Banco Central do Brasil (Bacen), e tem como objetivo a constituição, organização e administração de grupos de consórcios de bens móveis e imóveis e em quaisquer das modalidades permitidas pela legislação e regulamentação vigentes. As operações da Santander Brasil Consórcio são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro, lideradas pelo Banco Santander. Os beneficiários e custos correspondentes aos serviços prestados são absorvidos entre as mesmas, são realizados no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras
As demonstrações financeiras da Santander Brasil Consórcio, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Bacen e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif) e outras normas específicas para as administradoras de consórcio. As operações dos grupos de consórcio são registradas em contas de compensação da administradora e controladas individualmente por grupo de consórcio. A posição patrimonial e financeira desses grupos de consórcio e as correspondentes variações nas disponibilidades de seus recursos estão sendo apresentadas, respectivamente, nas demonstrações consolidadas dos recursos de consórcio e nas variações nas disponibilidades de grupos de consórcio.
As Demonstrações dos recursos de Consórcio e das variações nas disponibilidades de grupos de consórcios foram elaboradas conforme a carta Circular 3.147/04.
A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas.
As demonstrações financeiras do período findo em 30 de junho de 2017 foram autorizadas pelos Administradores na reunião realizada em 23 de agosto de 2017.

3. Principais Práticas Contábeis
a) Administradora
a) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação
As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação da Santander Brasil Consórcio.
b) Apuração do Resultado
A receita relativa à taxa de administração dos grupos de consórcio é reconhecida a partir da primeira data de cobrança do Grupo para a primeira parcela de adesão e posteriormente nos recebimentos mensais, ambas registradas em receitas de prestação de serviços. As despesas de vendas e despesas de vendas de consórcio são apropriadas ao resultado por ocasião da venda e registradas em outras despesas administrativas. As demais receitas e despesas são contabilizadas de acordo com o regime de competência que considera os rendimentos, encargos e variações monetárias, calculados a índices ou taxas oficiais, "pro rata" dia, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.
c) Ativos e Passivos Circulantes e a Longo Prazo
São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização. Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. Os títulos classificados como títulos para negociação independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no curto prazo, conforme estabelecido pela Circular Bacen 3.068/2001.
d) Caixa e Equivalentes de Caixa
Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata e com prazo original igual ou inferior a noventa dias.
e) Títulos e Valores Mobiliários
A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábeis:
- títulos para negociação;
- títulos disponíveis para venda;
- títulos mantidos até o vencimento.
Na categoria títulos para negociação estão registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem emitidos e frequentemente negociados e na categoria títulos mantidos até o vencimento, aqueles para os quais existe intenção e capacidade da Instituição de mantê-los em carteira até o vencimento. Na categoria títulos disponíveis para venda, estão registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias I e III. Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias I e II estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia, ajustados ao valor de mercado, computando-se a valorização ou a desvalorização decorrente de tal ajuste em contrapartida.
(1) da adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos para negociação; e
(2) da conta vinculada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos disponíveis para venda. Os ajustes ao valor de mercado realizados na venda desses títulos são transferidos para o resultado do período.
Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia.
As perdas de caráter permanente no valor de realização dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento são reconhecidas no resultado do período.
f) Permanente
Demonstrado pelo valor do custo de aquisição, está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos valores e a avaliação considera os seguintes aspectos:
f.1) Imobilizado de Uso
A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: edificações - 4%, instalações, móveis, equipamentos de uso e sistemas de segurança e comunicações - 10%, sistemas de processamento de dados e veículos - 20% e benfeitorias em imóveis de terceiros - 10% ou até o vencimento do contrato de locação.
f.2) Intangível
Os gastos de aquisição e desenvolvimento de logiciais são amortizados pelo prazo máximo de 5 anos.
g) Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

A Santander Brasil Consórcio é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e cível decorrentes do curso normal de suas atividades.
As provisões incluem as obrigações legais, processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.
As provisões são reavaliadas em cada data de balanço para refletir a melhor estimativa corrente e podem ser total ou parcialmente revertidas ou reduzidas quando deixam de ser prováveis as saídas de recursos e obrigações pertinentes ao processo, incluindo a decadência dos prazos legais, o trânsito em julgado dos processos, dentre outros.
As provisões judiciais e administrativas são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base na natureza, complexidade, e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos e com base nas melhores informações disponíveis. Para as provisões cujo o risco de perda é possível, as provisões não são constituídas e as informações são divulgadas nas notas explicativas e para as provisões cujo risco de perda é remota não é requerida divulgação.
Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.
No caso de trânsitos em julgamento favoráveis a Santander Brasil Consórcio, a contraparte tem o direito, caso atendidos requisitos legais específicos, de impetrar ação rescisória em prazo determinado pela legislação

vigente. Ações rescisórias são consideradas novas ações e serão avaliadas para fins de passivos contingentes se, e quando, forem impetradas.
h) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)
O PIS (1,65%) e a Cofins (7,60%) são calculados pelo regime não cumulativo e são registradas em despesas tributárias. As Receitas Financeiras são tributáveis às alíquotas de 0,65% (PIS) e 4,0% (Cofins).
i) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)
O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real anual excedente a R\$240, R\$120 no semestre, e a CSLL à alíquota de 9%, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. Os créditos tributários são calculados, basicamente, sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal.
De acordo com o disposto na regulamentação vigente, a expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na nota 4.4.b, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.
j) Estimativas Contábeis
As estimativas contábeis e premissas utilizadas pela Administração para a preparação das demonstrações financeiras são revisadas pelo menos trimestralmente, sendo apresentadas a seguir as principais estimativas que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo exercício quando comparados com os montantes reais, tais como: provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para contingências, valorização a mercado de títulos e valores mobiliários e a realização dos créditos tributários. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos de forma prospectiva.

II - Grupos de Consórcios
a) Aplicações Financeiras e Disponibilidades
Representam recursos disponíveis ainda não utilizados pelos grupos mantidos em conta e aplicações financeiras efetuadas em nome dos grupos de consórcios, as quais incluem aplicações vinculadas a contemplações. Os rendimentos auferidos das aplicações são incorporados diariamente nos saldos de aplicações financeiras de cada grupo, não incidindo taxa de administração sobre estes. O saldo das aplicações financeiras é deduzido de provisão para ajuste ao valor de mercado, quando aplicável.
b) Direitos junto a Consorciados Contemplados
Representam os valores a receber a título de fundo comum e de fundo de reserva dos consorciados já contemplados.
c) Provisão Mensal de Recursos a Receber de Consorciados
Representam o valor das contribuições a receber a título de fundo comum e fundo de reserva dos consorciados ativos no mês subsequente ao balanço.
d) Contribuições Devidas ao Grupo
Representam a previsão de recebimento do fundo comum e fundo de reserva até o término dos respectivos grupos, calculada de acordo com os preços dos bens na data do balanço.
e) Valor dos Bens ou Serviços a Contemplar
Representam o saldo dos bens a contemplar em Assembleias futuras, calculado de acordo com os preços dos bens na data do balanço.
f) Obrigações com Consorciados
Estão representadas, principalmente, por contribuições para aquisição de bens recebidas de consorciados não contemplados, a título de fundo comum, e valores recebidos antes da constituição formal dos grupos, acrescido de rendimentos financeiros.
g) Valores a Repassar
Representam os valores recebidos de consorciados a serem repassados, referentes à taxa de administração, prêmios de seguros, multas e juros e outros.
h) Obrigações por Contemplações a Entregar
Representam créditos a repassar aos consorciados pelas contemplações nas Assembleias, descontado os pagamentos realizados e acrescidos das respectivas remunerações das aplicações financeiras.
i) Recursos a Devolver a Consorciados
Representam as obrigações dos grupos relativas aos recursos a serem devolvidos aos consorciados desistentes e excluídos, representados por valores recebidos para aquisição do bem e fundo de reserva, aplicando-se o percentual pago ao valor do bem vigente na última Assembleia de Contemplação do Grupo e acrescido dos rendimentos da aplicação financeira, calculados a partir desta Assembleia, deduzidos da multa rescisória contratual registrada em valores a repassar e em recursos do grupo.
j) Recursos Utilizados
Representam o montante dos recursos aplicados na aquisição de bens, pagamento da taxa de administração, rendimentos financeiros pagos a consorciados contemplados, até a data da aquisição do bem.
n) Informações Complementares sobre os Grupos em Andamento

	30/06/2017	31/12/2016
Quantidade de Grupos Administrados	215	166
Quantidade de Consorciados Ativos	73.267	49.563
Quantidade de Consorciados Desistentes/Excluídos no Período	13.952	3.272
Total de Consorciados Desistentes/Excluídos	29.316	19.532
Bens Entregues no Período	3.285	1.540
Total de Bens Entregues	76.965	73.680
Bens Pendentes de Entrega	2.844	1.733
Taxa de Inadimplência	1,37%	2,28%

4. Outras Notas Explicativas da Administradora
4.1 Caixa e Equivalentes de Caixa
Em 30 de junho de 2017 e 2016, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os saldos correspondentes às disponibilidades.
4.2 Aplicações Interfinanceiras de Liquidez
Nos Grupos de Consórcios, estão representadas por aplicação em fundo de investimento referenciado DI, atendendo aos critérios da Circular Bacen 3.261/2004, que foi sucedida pela Circular Bacen 3.432/2009.
4.3 Títulos e Valores Mobiliários

Resumo da Carteira por Categoria e Abertura por Vencimento	Valor do		30/06/2017	
	Custo	Valor do	Custo	Valor do
	Amortizado/ Contábil ⁽²⁾	Amortizado/ Contábil	Sem	De 3 a De 1 a
	30/06/2017	31/12/2016	Vencimento	12 meses
				3 anos
				Total

Títulos Disponíveis para Venda
Títulos Privados
Certificado de Depósito Bancário - CDB
 110.429 | 99.319 | - | 41.972 | 68.457 | 110.429 || Cotas de Fundo de Investimento - Renda Fixa ⁽¹⁾ | 120.858 | 58.763 | 120.858 | - | - | 120.858 |
Total de Títulos e Valores Mobiliários Circulante	**231.287**	**158.082**	**120.858**	**41.972**	**68.457**	**231.287**
Longo Prazo	**162.830**	**113.989**				
	68.457	**44.093**				

⁽¹⁾ Em 30 de junho de 2017, está composto basicamente por aplicações em operações compromissadas vinculadas a títulos públicos federais em Letras do Tesouro Nacional - LTN, Notas do Tesouro Nacional - NTN F, Letras Financeiras do Tesouro - LFT, debêntures, depósito a prazo - CDB.
⁽²⁾ O valor do custo amortizado/contábil é equivalente ao valor de mercado.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	01/01 a 30/06/2017	01/07 a 31/12/2016
Receitas da Intermediação Financeira		10.730	9.148
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		10.730	9.148
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		10.730	9.148
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		55.610	21.259
Receitas de Prestação de Serviços	4.13	72.202	30.409
Outras Despesas Administrativas	4.14	(4.666)	(3.482)
Despesas Tributárias	4.15	(10.813)	(4.787)
Outras Receitas Operacionais	4.16	548	732
Outras Despesas Operacionais	4.17	(1.661)	(1.605)
Resultado Operacional		66.340	30.407
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro		66.340	30.407
Imposto de Renda e Contribuição Social	4.18	(22.589)	(10.268)
Provisão para Imposto de Renda		(16.674)	(7.426)
Provisão para Contribuição Social		(5.992)	(2.773)
Ativo (Passivo) Fiscal Diferido		77	(67)
Lucro Líquido		43.751	20.141
Nº de Cotas (Mil)	4.11.a	95.349	95.349
Lucro Líquido por Lote de Mil Cotas (em R\$)		458,85	211,23

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	01/01 a 30/06/2017	01/07 a 31/12/2016
--	------	--------------------	--------------------

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

f) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Cível

São ações relacionadas ao repasse de valores em atraso de cotas contempladas para os grupos já encerrados.

As ações cíveis são provisionadas de acordo com a avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base na fase de cada processo, na lei e jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito e classificação dos assessores jurídicos.

g) Passivos Contingentes Fiscais e Previdenciárias e Cíveis Classificados como Risco de Perda Possível

São processos judiciais e administrativos de natureza cível classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não sendo provisionados.

As ações com classificação de perda possível de natureza cível, totalizaram em R\$813 mil e de natureza fiscal, totalizaram em R\$1.911 mil.

4.11 Patrimônio Líquido
a) Capital Social

O capital social, em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, totalmente subscrito e integralizado, é composto por 95.349 mil cotas, no valor nominal unitário de R\$1,00 (um real), todas de domiciliados no País.

b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

A distribuição dos lucros da Santander Brasil Consórcio é efetuada de acordo com a situação financeira da empresa e com a conveniência dos sócios na data de deliberação, podendo distribuir dividendos, segundo as regras descritas, por conta de lucros apurados em balanços intermediários ou intercalares.

c) Reservas

Conforme estabelecido no contrato social da Santander Brasil Consórcio, do saldo do lucro líquido apurado poderão ser deliberadas a formação de Reservas para Reforço do Capital de Giro e para Equalização de Dividendos.

Reserva para Reforço do Capital de Giro

Poderá ser destinado até 50% do saldo do lucro líquido apurado a título de Reserva para Reforço do Capital de Giro, com a finalidade de garantir meios financeiros para a operação da Sociedade.

Reserva para Equalização de Dividendos

Poderá ser destinado até 50% do saldo do lucro líquido apurado a título de Reserva para Equalização de Dividendos, com a finalidade de garantir recursos para a continuidade da distribuição semestral de dividendos.

Tais reservas deverão ser periodicamente capitalizadas para que o respectivo montante não ultrapasse o saldo do capital social da sociedade.

Reserva Legal

A Santander Brasil Consórcio adota, ainda, a Reserva Legal para assegurar a integridade do capital social, à qual são destinados 5% lucro líquido do exercício até alcançar o limite de 20% do capital social.

4.12 Partes Relacionadas
a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração

A Santander Brasil Consórcio é parte integrante do Conglomerado Santander e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Santander, seu controlador. A Santander Brasil Consórcio não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da administração.

Em 2017 e 2016, não foram registrados despesas com honorários para a Administração.

b) Participação Acionária

A Santander Brasil Consórcio é controlada pelo Banco Santander que possui participação direta de 95.349 mil cotas, equivalentes a 99,99998% do capital social e participação indireta através da Santander Brasil Advisory Services S.A. de 20 cotas, equivalentes a 0,00002% do capital social, perfazendo uma participação total de 100%.

c) Transações com Partes Relacionadas

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

As principais transações são as seguintes:

	01/01 a 30/06/2017 Ativos (Passivos)	30/06/2017 Receitas (Despesas)	31/12/2016 Ativos (Passivos)	31/12/2016 Receitas (Despesas)
Disponibilidades (Nota 4.1)	60	-	83	-
Banco Santander ⁽²⁾	60	-	83	-
Títulos e Valores Mobiliários ⁽¹⁾ (Nota 4.3)	110.429	6.339	99.319	5.296
Banco Santander ⁽²⁾	110.429	6.339	99.319	5.296
Valores a Pagar a Sociedades Ligadas (Nota 4.14)	-	(2.097)	-	(2.097)
Banco Santander ⁽²⁾	-	(2.097)	-	(2.097)
Despesas com Doações	-	(330)	-	-
Santander Cultural	-	(330)	-	-

⁽¹⁾ Composto por certificados de depósitos bancários - CDB, de emissão do Banco Santander.

⁽²⁾ Controlador da Santander Brasil Administradora de Consórcio (Nota 4.12.b).

4.13 Receitas de Prestação de Serviços

	01/01 a 30/06/2017	01/07 a 31/12/2016
Rendas de Administração de Grupo de Consórcio	71.241	30.093
Serviços Prestados a Consorciados	961	308
Total	72.202	30.401

4.14 Outras Despesas Administrativas

	01/01 a 30/06/2017	01/07 a 31/12/2016
Processamento de Dados	41	40
Serviços Técnicos Especializados e de Terceiros	525	244
Convênio Operacional Banco Santander (Nota 4.12.c)	2.097	2.097
Comunicações	93	34
Serviços do Sistema Financeiro	1.518	751
Depreciações e Amortizações	1	2
Outras	391	314
Total	4.666	3.482

ADMINISTRADORES

Amancio Acúrcio Gouveia

Geraldo José Rodrigues Alckmin Neto

Nilton Sérgio Silveira Carvalho

CONTADOR

José Eduardo Fernandes - CRC SP 269858/O-6

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e cotistas

Santander Brasil Administradora de Consórcio Ltda.
Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Santander Brasil Administradora de Consórcio Ltda. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as demonstrações consolidadas dos recursos de consórcio em 30 de junho de 2017 e das variações nas disponibilidades de grupos de consórcio referentes ao semestre findo nessa mesma data, assim como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Santander Brasil Administradora de Consórcio Ltda. em 30 de junho de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como a demonstração consolidada dos recursos de consórcios em 30 de junho de 2017 e a demonstração consolidada das variações nas disponibilidades de grupos de consórcio referentes ao semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de

4.15 Despesas Tributárias

	01/01 a 30/06/2017	01/07 a 31/12/2016
Despesas com Cofins	5.938	2.700
Despesas com ISS	3.610	1.520
Despesas com PIS/Pasep	1.265	566
Outras	-	1
Total	10.813	4.787

4.16 Outras Receitas Operacionais

	01/01 a 30/06/2017	01/07 a 31/12/2016
Recuperação de Perdas Operacionais na Administração de Consórcios ⁽¹⁾	200	563
Reversão Provisões - Fiscais	-	(114)
Atualização Impostos a Compensar	268	260
Atualização de Depósitos Judiciais	18	22
Recuperação de Encargos e Despesas	62	1
Total	548	732

⁽¹⁾ Refere-se, principalmente a reversão de provisão para perda operação com seguro de quebra de garantia.

4.17 Outras Despesas Operacionais

	01/01 a 30/06/2017	01/07 a 31/12/2016
Provisões Operacionais		
Fiscais (Nota 4.10.c)	65	271
Cíveis (Nota 4.10.c)	772	800
Atualização Monetária de Processos Judiciais	45	41
Perdas Operacionais na Administração de Consórcios	182	337
Despesas com Registro de Contratos em Cartório	372	61
Despesas de Atualização de impostos	128	-
Outras	97	95
Total	1.661	1.605

4.18 Imposto de Renda e Contribuição Social

	01/01 a 30/06/2017	01/07 a 31/12/2016
Resultado antes dos impostos		
Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Alíquotas de 25% e 9% Respectivamente	(22.556)	(10.338)
Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	(5)	(206)
Demais Ajustes	(28)	278
Imposto de Renda e Contribuição Social	(22.589)	(10.266)

4.19 Outras Informações

Em consonância à Resolução do CMN 3.198/2004, a Santander Brasil Consórcio aderiu ao Comitê de Auditoria Único, por intermédio da instituição líder, Banco Santander. O resumo do relatório do Comitê de Auditoria foi divulgado e publicado em conjunto com as demonstrações financeiras do Banco Santander, disponíveis no endereço eletrônico www.santander.com.br/vi.

auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

São Paulo, 23 de agosto de 2017.

Maria José de Mula Cury
Contadora CRC 1SP192785/O-4